

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.846 - SP (2018/0308751-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL**
ADVOGADO : **MARCIO ANTONIO EBRAM VILELA - SP112922**
ADVOGADOS : **THIEMY CURSINO DE MOURA HIRYE QUERIDO - SP260550**
LUCAS ADAMI VILELA - SP331465
TATIANE FERREIRA VIAGI QUERIDO GUIARD E OUTRO(S) - SP373367
GLACIANE PEREIRA DOS SANTOS - SP369713
AGRAVADO : **ELISETE LEMBO BURSZTEIN**
ADVOGADO : **FABIANA BERNARDO - SP178164**
INTERES. : **INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DO CÂNCER**
ADVOGADO : **JOSENIR TEIXEIRA - SP125253**
INTERES. : **UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL**
ADVOGADO : **JOSE EDUARDO VICTORIA - SP103160**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. AUSÊNCIA. INVIABILIDADE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de obrigação de fazer, devido a interrupção do tratamento de quimioterapia em razão da suspensão do atendimento dos beneficiários do plano de saúde.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. Há responsabilidade solidária entre as cooperativas de trabalho médico que integram a mesma rede de intercâmbio, ainda que possuam personalidades jurídicas e bases geográficas distintas, sobretudo para aquelas que compuseram a cadeia de fornecimento de serviços que foram mal prestados (teoria da aparência). Precedentes. Ante o entendimento

dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.

7. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 25/06/2018.

Concluso ao gabinete em: 14/01/2019.

Ação: de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada para custeio do tratamento de quimioterapia, ajuizada por ELISETE LEMBO BURSZTEIN, em face de Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico e de IBCC – Instituto Brasileiro de Combate ao Câncer, devido a interrupção do seu tratamento de quimioterapia em razão da suspensão do atendimento dos pacientes da Unimed Paulistana pelo IBCC.

Sentença: julgou parcialmente procedente a ação para condenar a agravante, a Unimed Paulistana e o IBCC, solidariamente, ao pagamento das multas em razão do descumprimento das decisões interlocutórias proferidas, a serem apuradas em cumprimento de sentença

Condenou agravante, a Unimed Paulistana e o IBCC, ao pagamento, em proporções iguais, das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 3.000,00.

Acórdão: negou provimento às apelações interpostas pela agravante e pelo IBCC, nos termos da seguinte ementa:

PLANO DE SAÚDE. DESCREDENCIAMENTO DE CLÍNICA ONCOLÓGICA.

Autora que ajuizou a demanda visando compelir as requeridas a dar continuidade ao seu tratamento oncológico. Sentença de parcial procedência. Apelo das rés. Discussão em sede recursal que se limita à responsabilidade pelo pagamento de multa pelo descumprimento da liminar concedida.

1. Decisão judicial que claramente determinou que o corréu IBCC realizasse o tratamento que deveria ser custeado pela operadora do plano de saúde. Réu que não interpôs recurso contra tal decisão, apenas deixou de fornecer o tratamento no prazo estipulado. Não se admite a posterior alegação de ilegitimidade para responder pela multa. Requerido que, ademais, integra da cadeia de consumo. Precedentes.

2. Responsabilidade solidária da corré Central Nacional Unimed. Sistema Unimed. Mesmo grupo econômico. Questões atinentes à administração interna não podem dificultar a efetivação do direito do consumidor.

3. Recursos desprovidos.

Embargos de declaração: opostos pelo IBCC, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 17 e 109, caput, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustenta a impossibilidade de sua condenação solidária ao pagamento da multa por descumprimento da liminar, pois não possui qualquer responsabilidade quanto o pedido da recorrida. Assevera que não teria praticado qualquer ato ilícito, vez que a demora no cumprimento da liminar foi emitida por outra operadora de plano de saúde.

Aduz que inexistente sucessão processual e justificativas para se reconhecer a existência de grupo econômico. Não teria ocorrido a incorporação da Unimed Paulistana a Central Nacional Unimed. Defende a inexistência de sucessão e de legitimidade.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 17 e 109, caput, do CPC/15, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à responsabilidade solidária e legitimidade da agravante para responder pela multa decorrente do descumprimento da liminar, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ademais, a ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, violação dos arts. 17 e 109, caput, do CPC/15, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no REsp 909.113/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 02/05/2011 e AgRg no Ag 781.322/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, DJe 24/11/2008.

- Da Súmula 568/STJ

Ainda que assim não fosse, as duas Turmas de Direito Privado do STJ entendem que há responsabilidade solidária entre as cooperativas de trabalho médico que integram a mesma rede de intercâmbio, ainda que possuam personalidades jurídicas e bases geográficas distintas, sobretudo para aquelas que compuseram a cadeia de fornecimento de serviços que foram mal prestados (teoria da aparência). Nesse sentido: REsp 1627881/TO, 3ª Turma, DJe de 15/09/2017; REsp 1665698/CE, 3ª Turma, DJe de 31/05/2017; AgRg no REsp 1539361/SP, 4ª Turma, DJe 27/05/2016; e REsp 1377899/SP, 4ª Turma, DJe de 11/02/2015.

Na hipótese, o Tribunal de origem consignou que “as

cooperativas integrantes do Sistema Unimed respondem solidariamente pela prestação dos serviços oferecidos, em decorrência do sistema de intercâmbio existente entre elas” (e-STJ, fl. 570) e que “não é relevante a subdivisão da Unimed em unidades autônomas, com personalidades jurídicas diversas, frente ao fato de que integram o mesmo grupo econômico, beneficiando-se do convênio entre as cooperativas para conquistar um maior número de consumidores, por meio do oferecimento de uma vasta rede de atendimento” (e-STJ, fl. 571). Assim, concluiu pela responsabilidade solidária e legitimidade passiva da agravante, em consonância com o entendimento dominante sobre o tema nesta Corte. Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ no particular.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro, por equidade, os honorários fixados anteriormente em R\$ 3.500,00 para R\$ 4.000,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora